

AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS

Relatório

Agrupamento de Escolas
de Grândola

2016
2017

Área Territorial de Inspeção
do Sul

CONSTITUIÇÃO DO AGRUPAMENTO

Jardins de Infância e Escolas	EPE	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	SEC
Escola Secundária António Inácio da Cruz, Grândola				•	•
Escola Básica D. Jorge de Lencastre, Grândola		•	•	•	
Escola Básica de Aldeia Nova de São Lourenço, Grândola	•	•			
Escola Básica de Aldeia do Futuro, Grândola	•	•			
Escola Básica de Ameiras de Cima, Grândola	•	•			
Escola Básica de Carvalhal, Grândola	•	•			
Escola Básica de Grândola		•			
Escola Básica de Lousal, Grândola		•			
Escola Básica de Melides, Grândola	•	•			
Escola Básica de Água Derramada, Grândola	•	•			
Jardim de Infância n.º 1 de Grândola	•				
Jardim de Infância n.º 2 de Grândola	•				

1 – INTRODUÇÃO

A Lei n.º 31/2002, de 20 de dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a autoavaliação e para a avaliação externa. Neste âmbito, foi desenvolvido, desde 2006, um programa nacional de avaliação dos jardins de infância e das escolas básicas e secundárias públicas, tendo-se cumprido o primeiro ciclo de avaliação em junho de 2011.

A então Inspeção-Geral da Educação foi incumbida de dar continuidade ao programa de avaliação externa das escolas, na sequência da proposta de modelo para um novo ciclo de avaliação externa, apresentada pelo Grupo de Trabalho (Despacho n.º 4150/2011, de 4 de março). Assim, apoiando-se no modelo construído e na experimentação realizada em doze escolas e agrupamentos de escolas, a Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC) está a desenvolver esta atividade consagrada como sua competência no Decreto Regulamentar n.º 15/2012, de 27 de janeiro.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa do Agrupamento de Escolas de Grândola, realizada pela equipa de avaliação, na sequência da visita efetuada entre 25 e 28 de outubro de 2016. As conclusões decorrem da análise dos documentos fundamentais do Agrupamento, em especial da sua autoavaliação, dos indicadores de sucesso académico dos alunos, das respostas aos questionários de satisfação da comunidade e da realização de entrevistas.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente e consolide a autoavaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para o Agrupamento, constituindo este documento um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e áreas de melhoria, este relatório oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de ação para a melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa de avaliação externa visitou a escola-sede do Agrupamento, as escolas básicas D. Jorge de Lencastre, de Carvalhal, de Aldeia do Futuro e de Ameiras de Cima, as três últimas com jardim de infância.

A equipa regista a atitude de empenhamento e de mobilização do Agrupamento, bem como a colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

ESCALA DE AVALIAÇÃO

Níveis de classificação dos três domínios

EXCELENTE – A ação da escola tem produzido um impacto consistente e muito acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais consolidadas, generalizadas e eficazes. A escola distingue-se pelas práticas exemplares em campos relevantes.

MUITO BOM – A ação da escola tem produzido um impacto consistente e acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais generalizadas e eficazes.

BOM – A ação da escola tem produzido um impacto em linha com os valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. A escola apresenta uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes.

SUFICIENTE – A ação da escola tem produzido um impacto aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da escola.

INSUFICIENTE – A ação da escola tem produzido um impacto muito aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes na generalidade dos campos em análise. A escola não revela uma prática coerente, positiva e coesa.

O relatório do Agrupamento e o contraditório apresentados no âmbito da **Avaliação Externa das Escolas 2016-2017** estão disponíveis na [página da IGEC](#).

2 – CARACTERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO

O Agrupamento de Escolas de Grândola, sediado na Escola Secundária António Inácio da Cruz, situa-se no concelho que lhe dá o nome, no distrito de Setúbal. Resultou da agregação, em 2013, da Escola Secundária António Inácio da Cruz com o anterior Agrupamento de Escolas de Grândola. Estas unidades orgânicas foram intervencionadas no âmbito do primeiro ciclo de avaliação externa das escolas em janeiro de 2009 e em novembro de 2010, respetivamente.

Possui, na Escola Básica D. Jorge de Lencastre, uma unidade de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita, frequentada por cinco alunos. É também agrupamento de referência para a Intervenção Precoce na Infância e, na escola-sede, funciona, ainda, o Centro Qualifica que recebeu a candidatura de 164 jovens e adultos ao processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências. O Agrupamento presta formação a 50 reclusos no Estabelecimento Prisional de Pinheiro da Cruz (quatro turmas).

No presente ano letivo, a população escolar totaliza 1749 crianças, alunos e formandos: 274 na educação pré-escolar (14 grupos), 498 no 1.º ciclo do ensino básico (26 turmas), 266 no 2.º ciclo (12 turmas), 424 no 3.º ciclo (20 turmas), 229 nos cursos científico-humanísticos do ensino secundário (10 turmas), 15 num curso vocacional do ensino básico (uma turma), 18 num curso de educação e formação (uma turma) e 25 num curso de educação e formação de adultos de nível secundário (uma turma).

Apenas 3,1% dos alunos são oriundos de outros países, em particular do Brasil, da Roménia e de França. No que concerne à ação social escolar, 68,8% não beneficiam dos auxílios económicos. Quanto às tecnologias de informação e comunicação, 79% do ensino básico e 93% do secundário possuem computador e internet. Relativamente às habilitações académicas dos pais e das mães dos alunos do ensino básico, 25% têm formação de nível secundário e 13% de nível superior, sendo estas taxas de 30% e de 18% respetivamente, entre os do secundário. No que se refere à sua ocupação profissional, 20,1% no ensino básico e 30,5% no ensino secundário exercem atividades de nível superior e intermédio.

A prestação do serviço educativo é assegurada por 170 docentes, dos quais 83,5% pertencem aos quadros, o que demonstra alguma estabilidade. As funções não docentes estão a cargo de 81 trabalhadores, sendo um técnico superior (psicóloga), 57 assistentes operacionais e 23 assistentes técnicos. Destes, 54,3% desempenham funções há 10 ou mais anos.

De acordo com os dados disponibilizados pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, referentes ao ano letivo de 2014-2015, quando comparado com as outras escolas públicas, o Agrupamento apresenta valores das variáveis de contexto desfavoráveis, embora não seja dos mais desfavorecidos, nomeadamente no que respeita à percentagem de docentes do quadro, bem como à média do número de anos da habilitação dos pais e das mães, dos alunos que frequentam o ensino básico.

3 – AVALIAÇÃO POR DOMÍNIO

Considerando os campos de análise dos três domínios do quadro de referência da avaliação externa e tendo por base as entrevistas e a análise documental e estatística realizada, a equipa de avaliação formula as seguintes apreciações:

3.1 – RESULTADOS

RESULTADOS ACADÉMICOS

O trabalho realizado na educação pré-escolar tem em consideração a recolha contínua de informação relativa às aprendizagens das crianças, com vista à construção e ao desenvolvimento do currículo,

mediante a realização de atividades que têm por referência as áreas de conteúdo das orientações curriculares. A informação é sistematizada e analisada em departamento curricular, com realce para os progressos alcançados, por criança e por grupo, sendo divulgada e discutida em conselho pedagógico na sua relação com os demais níveis de ensino.

No que respeita às taxas de conclusão observadas, no ano letivo de 2014-2015, no 4.º e no 12.º ano de escolaridade, quando comparadas com as das escolas de contexto análogo, situam-se acima dos valores esperados. No entanto, ao longo do triénio de 2012-2013 a 2014-2015 apresentam oscilações, sem evidenciar uma tendência de melhoria. O 6.º e o 9.º ano registam taxas de conclusão aquém do esperado, em todos os anos do triénio, com exceção do ano de 2013-2014, em que os valores observados no 9.º ano estão em linha com os esperados.

No 4.º ano, os resultados obtidos na avaliação externa de português, em 2014-2015, estão acima dos valores esperados, o que representa uma tendência de melhoria relativamente aos dois primeiros anos do triénio. No que concerne à matemática, no último ano, os valores ficam em linha com os esperados, mas estão aquém dos mesmos nos dois anos anteriores.

No 6.º ano, os resultados de português registam uma tendência de agravamento nos anos letivos de 2013-2014 e 2014-2015, com valores aquém dos esperados. Em matemática, os valores observados situam-se acima dos esperados no primeiro e no último ano letivo do triénio, ficando aquém dos mesmos em 2013-2014.

Ao longo do triénio em apreciação, o 9.º ano apresenta oscilações nos resultados obtidos nas avaliações externas de matemática. Em português, os valores observados estão acima dos esperados, à exceção do ano 2012-2013.

No 12.º ano, os resultados de português, matemática e história evidenciam uma tendência de agravamento no mesmo triénio, ficando aquém dos valores esperados nas referidas disciplinas nos dois últimos anos em análise.

Com efeito, os valores observados refletem oscilações em termos de evolução e traduzem dificuldades persistentes, designadamente nas taxas de conclusão do 6.º ano, ao longo do triénio, e nos resultados do 12.º ano, em 2013-2014 e 2014-2015.

No que respeita às restantes ofertas formativas, no triénio considerado, as taxas de sucesso apresentam variações significativas. Em 2013-2014, os cursos de educação e formação registaram índices de sucesso entre 30,7% e 100%. Nos anos letivos de 2014-2015 e 2015-2016, nas turmas com percursos curriculares alternativos os valores reduziram de 100% para 86,7% de sucesso, enquanto nos cursos vocacionais se situaram em 74,3% e 77,8%. Os fatores que têm influenciado estes resultados merecem especial atenção, de modo a serem identificadas as respetivas causas e desencadeadas ações para reduzir o impacto negativo no percurso formativo destes alunos.

Efetivamente, nos anos letivos em análise, o Agrupamento apresenta valores das variáveis de contexto desfavoráveis e os resultados observados situam-se globalmente aquém dos valores esperados, o que evidencia a ineficácia das estratégias, tendo em vista a melhoria dos referidos resultados.

O conselho pedagógico e demais estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica analisam com sistematicidade os resultados escolares, com enfoque na sua evolução, no sucesso *pleno* e *deficitário*, na comparação com as médias nacionais e com as metas estabelecidas internamente.

Entre as causas explicativas do insucesso identificadas pelo Agrupamento destacam-se as exógenas, tais como as baixas expectativas relativamente ao percurso escolar relacionadas com fatores *socioeconómicos* e *familiares* dos alunos e a *falta de motivação/hábitos de trabalho*. Deste modo, são secundarizados fatores intrínsecos ao processo de ensino e de aprendizagem, em sala de aula, não sendo suficientemente

aprofundado o questionamento sobre as práticas pedagógicas, a fim de possibilitar a melhoria dos resultados através do reforço de respostas concertadas.

Relativamente às taxas de desistência e abandono, veiculadas pelo Agrupamento e consideradas residuais, os dados conhecidos reportam-se aos anos de 2013-2014 e 2014-2015, verificando-se um ligeiro aumento no 2.º ciclo, de 0% para 0,9%, um decréscimo no 3.º ciclo, de 1,9% para 0,5% e, no ensino secundário, de 2,7% para 1,2%.

RESULTADOS SOCIAIS

Os alunos destacam o bom ambiente escolar, realçando a proximidade no relacionamento estabelecido com os professores, em particular, com os titulares e os diretores de turma e com os trabalhadores não docentes. Colaboram, pontualmente, nas campanhas e iniciativas desenvolvidas no âmbito da solidariedade social e, participam em projetos e atividades na área do Desporto Escolar, do Programa de Apoio à Promoção e Educação para a Saúde e do Programa Eco-Escolas, embora sejam pouco incentivados a envolver-se em clubes e em projetos de competição a nível nacional.

No corrente ano letivo estão em curso diligências no sentido de reativar a rádio do Agrupamento, dinamizada por um grupo de alunos, bem como de constituir uma associação de estudantes, como forma de incentivar a assunção de responsabilidades e a participação na vida da escola. Os alunos são, em geral, pouco interventivos. Com efeito, a sua participação é muito reduzida e, embora os mesmos, no que respeita ao 3.º ciclo e ensino secundário, estejam presentes nas reuniões de conselho de turma, persiste a necessidade de se apostar na realização de ações que valorizem o papel dos delegados de turma e promovam a sua auscultação.

Relativamente à indisciplina, apesar da divulgação das regras de conduta e da sua apropriação pela maioria dos discentes, a mesma ainda subsiste e caracteriza-se essencialmente pelo não cumprimento de regras na sala de aula, de acordo com os relatórios produzidos pelo *Departamento de Monitorização, Avaliação e Desenvolvimento Organizacional*, referentes aos anos letivos de 2014-2015 e 2015-2016.

A informação recolhida reporta à comparação efetuada nos anos em apreço, nos primeiros e nos segundos períodos letivos, nos ciclos onde a indisciplina se tem vindo a revelar mais preocupante, isto é, nos 2.º e 3.º ciclos, incluindo a turma com percursos curriculares alternativos e os cursos vocacionais.

Constatou-se que, tanto no 2.º como no 3.º ciclo, o número de ordens de saída da sala de aula aplicadas aos alunos, diminuiu do ano letivo de 2014-2015 para 2015-2016. Em contrapartida, aumentou o número de outras medidas disciplinares corretivas e sancionatórias, designadamente a *realização de tarefas e atividades*, a *repreensão registada* e a *suspensão*. Nos cursos vocacionais, registou-se um decréscimo no número de medidas disciplinares, tanto nas ordens de saída da sala de aula, como nas outras medidas disciplinares corretivas e sancionatórias.

De realçar, ainda, o levantamento efetuado sobre o sucesso alcançado pelos alunos em causa. Assim, no 2.º ciclo, 25% dos que foram alvo de medidas disciplinares tiveram insucesso e 50% obtiveram um sucesso *deficitário*, ou seja, transitaram ou foram aprovados com um ou dois níveis inferiores a três. No 5.º ano de escolaridade, a taxa de insucesso foi de 48%, e 44% de sucesso *deficitário*. No 3.º ciclo, 27% tiveram insucesso, enquanto 55% obtiveram sucesso *deficitário*. Destaque para o 7.º ano de escolaridade em que a taxa de insucesso destes alunos foi de 43%.

Estes dados apontam, claramente, para a necessidade de se proceder a uma reflexão sobre a eficácia das estratégias já implementadas, sem descurar a sua relação com as metodologias de ensino privilegiadas em sala de aula, com vista à melhoria das atitudes, dos comportamentos e dos resultados.

O conhecimento que o Agrupamento possui acerca do percurso dos alunos após a conclusão da sua escolaridade, com a finalidade de aferir o impacto do ensino prestado, poderá ser aprofundado no quadro

da autoavaliação, uma vez que, por ora, não existe de forma estruturada, limitando-se a alguns indicadores e perceções.

RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE

Nas respostas aos questionários de satisfação aplicados à comunidade educativa, no âmbito da presente avaliação externa, alunos, encarregados de educação e trabalhadores, expressam o predomínio dos níveis de concordância e de concordância total, em particular no que respeita aos pais das crianças que frequentam a educação pré-escolar e aos alunos do 1.º ciclo. Em relação aos itens “Gosto desta escola/Gosto de trabalhar nesta escola/Gosto que o meu filho ande nesta escola/Gosto que o meu filho frequente este JI”, os níveis de satisfação são elevados não só para alunos e encarregados de educação, mas também para docentes e não docentes. Os pais destacam "O diretor de turma do meu filho é disponível e faz uma boa ligação à família", os docentes "A escola é aberta ao exterior" e os alunos dos 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário "Conheço as regras de comportamento da escola", com os níveis de satisfação mais elevados.

Os desempenhos e as ações louváveis dos alunos são reconhecidos através dos *prémios de mérito*, que abrangem todos os ciclos de escolaridade e integram vários domínios, tais como o da *cidadania*, o *artístico*, o *desportivo e científico*, o da *progressão* e ainda o *escolar*. Os critérios e os procedimentos de nomeação e de seleção estão definidos no regulamento interno e preveem a participação de elementos da comunidade educativa, bem como a intervenção de uma comissão, constituída por representantes dos órgãos e estruturas do Agrupamento. A entrega dos prémios tem lugar em cerimónia pública organizada no Cine Granadeiro – Auditório Municipal de Grândola.

O Agrupamento está envolvido em iniciativas locais que dão visibilidade ao trabalho realizado em contexto escolar e contribuem para o desenvolvimento sociocultural da comunidade, entre os quais se realça a celebração de efemérides (concerto do Dia de Reis e desfile de Carnaval, por exemplo) e a participação em eventos desportivos, como o corta-mato concelhio.

Neste âmbito, é de referir, ainda, o protocolo celebrado com o Estabelecimento Prisional de Pinheiro da Cruz, bem como as demais formas de qualificação da população, decorrentes da oferta de cursos de educação e formação de adultos e do reconhecimento, validação e certificação de competências pelo Centro para a Qualificação e o Ensino Profissional, entre 2013-2014 e 2015-2016, que no corrente ano letivo deu lugar ao Centro Qualifica.

Em suma, a ação do Agrupamento tem produzido um impacto aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas. Tais fundamentos justificam a atribuição da classificação de **SUFICIENTE** no domínio **Resultados**.

3.2 – PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

PLANEAMENTO E ARTICULAÇÃO

O planeamento tem em consideração orientações gerais discutidas nos departamentos curriculares, referentes às atividades e à avaliação, sendo, em geral, concretizado pelas equipas educativas, no 1.º ciclo, e por disciplina e ano de escolaridade, nos restantes níveis de ensino. No âmbito da articulação, existem experiências pontuais ao nível dos conteúdos programáticos entre diferentes disciplinas, sobretudo no ensino secundário.

Na educação pré-escolar, a reflexão dos docentes tem incidido na reformulação de instrumentos de trabalho, com vista à implementação das novas orientações curriculares. A discussão é trimestralmente

alargada aos professores do 1.º ciclo, tendo em vista a preparação de algumas atividades conjuntas e a transição das crianças para este nível de ensino. Todavia, a inexistência de um plano de estudos e de desenvolvimento do currículo do Agrupamento dificulta a consolidação de uma estratégia de articulação curricular, abrangendo todos os níveis de educação e ensino, em particular no que concerne à sequencialidade das aprendizagens.

As atividades contempladas no respetivo plano anual e nos planos de grupo e de turma evidenciam abertura ao meio e promovem a contextualização do currículo, tirando partido de equipamentos locais e explorando o património regional (*Grândola... o que fomos, o que somos, Ao encontro da nossa localidade, Roteiro republicano da vila de Grândola*, por exemplo). Porém, refletem pouco a existência de práticas de interdisciplinaridade que concorram para a construção do currículo, integrando os diferentes saberes para a promoção de aprendizagens significativas.

Os planos de turma veiculam informação essencial sobre o percurso escolar dos alunos e são analisados, em cada ano de escolaridade, pelos docentes titulares e pelos conselhos de turma. Deste modo, são tidos em consideração os casos que requerem a adoção de medidas particulares, designadamente necessidades educativas especiais, retenções e dificuldades de aprendizagem.

Na educação pré-escolar, a avaliação é valorizada pela sua vertente formativa e reguladora, sendo entendida como *meio de recolha de informação indispensável* ao desenvolvimento do processo de aprendizagem. Nos restantes níveis de ensino, assume preponderância a vertente sumativa, assente em domínios e critérios de ponderação e de avaliação, assim como em níveis de desempenho.

As dinâmicas de trabalho colaborativo entre docentes são ainda pouco expressivas, cingindo-se, fundamentalmente, a procedimentos e reuniões agendados nos momentos previstos no calendário escolar. Prevalecem hábitos de trabalho individual e de colaboração informal e não sistemática entre os docentes que lecionam a mesma disciplina/ano de escolaridade ou no mesmo estabelecimento.

PRÁTICAS DE ENSINO

O desenvolvimento do currículo integra atividades para a educação e o ensino que têm em consideração as características dos grupos e das turmas, de acordo com a informação e o diagnóstico constantes dos respetivos planos. Estes elencam igualmente as medidas destinadas a alunos com necessidades educativas especiais, as de promoção do sucesso para os alunos com dificuldades de aprendizagem, bem como algumas estratégias de atuação. Porém, está pouco generalizada a implementação de práticas de diferenciação pedagógica em sala de aula, com recurso à diversificação das estratégias de ensino e à aprendizagem cooperativa, de modo a reforçar a autonomia e o sucesso dos alunos.

O Agrupamento tem promovido a prestação de respostas adequadas às crianças e aos alunos com necessidades educativas especiais, sendo de realçar o trabalho desenvolvido na unidade de apoio especializado, com o envolvimento dos docentes de educação especial, dos titulares/diretores de turma, dos pais e encarregados de educação e da psicóloga. Assinala-se a realização de ações que visam sensibilizar os profissionais para a especificidade do trabalho a desenvolver com as crianças e alunos, neste âmbito.

É de realçar também a ligação estabelecida com os parceiros da comunidade, nomeadamente as empresas locais que acolhem alunos com currículo específico individual e com plano individual de transição, bem como a Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Grândola, no apoio prestado nas áreas da psicologia e das terapias.

A realização de visitas de estudo a museus, teatros, instituições e empresas, por exemplo, tem permitido diversificar os contextos de educação e de ensino, com reflexos positivos na motivação para as aprendizagens escolares. Os alunos participam em concursos de turma/interturmas (*À volta das palavras* e *Reinar no país dos números*), no do Plano Nacional de Leitura, nas Olimpíadas Portuguesas

da Matemática e nalguns campeonatos SuperTmatik, por exemplo. No entanto, as iniciativas destinadas a estimular e valorizar as suas potencialidades são, de um modo geral, pouco abrangentes e descontinuadas, o que não contribui para reforçar a autoconfiança e autoestima dos mesmos.

A realização de trabalhos práticos é transversal aos vários níveis de educação e ensino, de modo a incentivar uma atitude positiva face ao método científico e à aprendizagem das ciências. A título exemplificativo, salientam-se as saídas de campo (com visitas a unidades industriais, ao Planetário, ao Pavilhão do Conhecimento) e o projeto *Experimentando, eu descubro*, orientado para o 1.º ciclo. Foi aproveitada a oportunidade mencionada numa das anteriores avaliações externas relativa à "parceria com o Museu [Centro] de Ciência Viva do Lousal, no sentido de estimular a pesquisa e a aprendizagem", o que tem permitido a crianças e alunos participar em atividades como *A mina vai à escola*, para a educação pré-escolar, e visitas de estudo, para os restantes níveis de ensino.

Porém, em sala de aula preponderam as atividades demonstrativas/expositivas e não são plenamente exploradas as componentes curriculares de base experimental e laboratorial, como forma de consolidar procedimentos e modos de pensar inerentes à construção do conhecimento científico. Também não está generalizada a utilização de metodologias ativas e de projeto, orientadas para a resolução de problemas e para a descoberta, com vista a melhorar a qualidade das aprendizagens dos alunos, pelo que não foi totalmente superado o ponto fraco que assinalava numa das anteriores avaliações externas "A reduzida implementação de metodologias ativas e experimentais, como estratégias de aprendizagem".

A valorização da vertente artística tem contribuído para desenvolver a dimensão cultural e estética das aprendizagens de crianças e alunos. Concretiza-se, sobretudo, na oferta do ensino artístico especializado da música em regime articulado (em parceria com a Escola das Artes do Alentejo Litoral) e, ainda, na realização de atividades e de eventos que enriquecem o currículo (*Ciclo de Cinema*, espetáculos e exposições, entre outros).

As bibliotecas escolares dinamizam atividades que fomentam o gosto pela leitura e pela escrita, apesar de não ser inteiramente aproveitada a sua ligação com os currículos das diferentes disciplinas. Salientam-se os *Encontros com escritores*, as *Sessões de escrita criativa* e, ainda, as iniciativas destinadas às crianças e respetivas famílias (*Histórias e sabores*) e aos alunos com necessidades educativas especiais (*Todos juntos podemos ler*). Existe uma estreita colaboração com a biblioteca municipal, o que permite a celebração de efemérides, assim como visitas a exposições temáticas.

No que respeita às tecnologias de informação e comunicação, cujo acesso nos vários estabelecimentos é desigual em termos de quantidade e de grau de funcionalidade dos recursos disponíveis, é reduzida a sua utilização nos processos de ensino e de aprendizagem, sendo, na generalidade, limitada à projeção/reprodução de conteúdos dos manuais escolares.

Não foi superado o ponto fraco que indicava, numa das anteriores avaliações externas, "A inexistência de um mecanismo de observação e de acompanhamento das práticas letivas em sala de aula, como estratégia formativa e promotora de crescimento profissional e da qualidade do sucesso", o que reduz as oportunidades de partilha e de reflexão sobre a ação, entre pares, limitando a construção de um conhecimento consensualizado que se reflita na melhoria da prestação do serviço educativo. O Agrupamento ainda não instituiu tais procedimentos, apesar de a observação da prática letiva e o reforço do trabalho colaborativo dos docentes estarem contemplados, pela primeira vez, no plano de ação estratégica de 2016-2018, elaborado no âmbito do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar.

MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS

Na educação pré-escolar, a avaliação para as aprendizagens tem um caráter formativo, permitindo desenvolver e adequar a ação pedagógica a cada criança e reformular as estratégias de intervenção. Os registos de observação dos progressos das crianças nas diversas áreas e, nalguns casos, o portefólio com

os trabalhos realizados são, por excelência, os instrumentos de avaliação utilizados pelos docentes, que são colocados à apreciação dos pais e encarregados de educação.

As diferentes modalidades de avaliação constam de documentos orientadores. As crianças e os alunos, no final de cada período letivo, procedem à sua autoavaliação, com maior ou menor grau de detalhe. Encontra-se, de um modo geral, instituída a prática da avaliação diagnóstica nos diferentes ciclos de ensino. Principalmente no 1.º ciclo, os instrumentos usados nesta modalidade e na avaliação sumativa obedecem a uma matriz comum, por disciplina e ano de escolaridade. Contudo, no que diz respeito à avaliação formativa não é evidente que esta seja sistematicamente utilizada e apoie os docentes e os alunos na regulação do processo de ensino e de aprendizagem.

Os critérios gerais e específicos de avaliação são definidos, no início do ano letivo, discutidos nos departamentos curriculares e divulgados aos alunos e aos pais e encarregados de educação. No entanto, não se encontram instituídos procedimentos de supervisão da aplicação dos mesmos, designadamente através da elaboração e correção conjuntas de provas, com vista a aferir a sua validade e fiabilidade.

A monitorização interna do desenvolvimento do currículo ocorre nos conselhos de ano de escolaridade, de turma e em sede de departamento curricular, consistindo, sobretudo, no balanço do cumprimento dos programas e das medidas contempladas nos planos de turma.

Os apoios disponibilizados aos alunos com necessidades educativas especiais facilitam a sua inclusão e têm reflexos positivos na melhoria das aprendizagens. No ano letivo transato, as taxas de sucesso alcançadas por estes alunos foram de 94,6%, 100%, 95,5% e 80%, nos 1.º, 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário, respetivamente.

No que concerne aos alunos que revelam dificuldades de aprendizagem e que têm vindo a beneficiar de medidas de promoção do sucesso, à exceção da informação veiculada através de um relatório de 2013-2014, relativa ao aproveitamento dos estudantes dos 7.º, 8.º e 9.º anos apoiados na escola secundária, o Agrupamento não procede ao levantamento nem ao tratamento desses dados, pelo que não conhece a eficácia das medidas implementadas na melhoria do sucesso.

Assim, afigura-se relevante aprofundar os mecanismos de monitorização dos processos, no sentido de apurar o real impacto das metodologias e estratégias utilizadas, com efeitos na reformulação do planeamento.

A implementação de medidas de prevenção, como sejam a diversificação da oferta formativa, a adequação desta ao perfil dos alunos e ao contexto local, bem como o acompanhamento sistemático por parte dos diretores de turma, os contactos destes com os pais e encarregados de educação e com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, têm sido as respostas dadas às situações de risco. De realçar, ainda, os contributos do Programa Empresários Pela Inclusão Social no combate ao insucesso e ao abandono escolares no 2.º ciclo e das bolsas deste mesmo programa, que visam promover a inclusão social de jovens carenciados ou em abandono escolar através da educação, formação e inserção profissional e da integração na vida ativa ou da conclusão do ensino secundário.

Em resumo, a ação do Agrupamento tem produzido um impacto aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas, o que justifica a atribuição da classificação de **SUFICIENTE** no domínio **Prestação do Serviço Educativo**.

3.3 – LIDERANÇA E GESTÃO

LIDERANÇA

O projeto educativo de 2015-2018 foi elaborado durante a vigência da comissão administrativa provisória que assegurou, entre 2013 e 2016, a transição e a gestão do processo de agregação do anterior agrupamento de escolas com a escola secundária. Consubstancia, portanto, o produto de complexas e morosas negociações e formaliza a emergência de um compromisso coletivo em torno de princípios, valores e prioridades. Estas estão centradas no *sucesso educativo*, com indicação de objetivos a alcançar e de estratégias a implementar ao longo do triénio, nos domínios da *prestação do serviço educativo* e da *organização e gestão escolar*. Deste modo, foi, em parte, superado o ponto fraco que mencionava, numa das anteriores avaliações externas, "O desfazimento do Projeto Educativo, enquanto documento orientador da ação educativa, face à realidade atual da Escola".

Os planos anuais de atividades de 2015-2016 e de 2016-2017 evidenciam uma ligação às prioridades e aos objetivos previamente referidos, abrangendo todos os níveis de educação e ensino. Todavia, no que respeita ao acompanhamento, à monitorização e à avaliação da respetiva consecução, estes documentos não preveem cabalmente as metas e os indicadores mais adequados, sendo este um aspeto que carece de melhoria com o propósito de apoiar as tomadas de decisão e os reajustes das estratégias. No mesmo sentido, a inexistência de um plano de estudos e de desenvolvimento do currículo constitui uma lacuna em termos de orientações estruturantes, visando a melhoria do ensino e das aprendizagens.

O projeto de intervenção da diretora, recentemente eleita, explicita uma visão em que o Agrupamento surge como *potenciador de motivações e sucessos, com um ambiente saudável, que contribui no seu dia-a-dia para a formação de cidadãos*. Preconiza igualmente, com base num diagnóstico fundamentado, uma estratégia focada em três problemas prioritários (*coesão das estruturas e relações com debilidades/ fragilidades, ligação ténue com entidades externas ao Agrupamento e sucesso escolar pouco consistente*), o que abre perspetivas para um desenvolvimento futuro mais sustentável.

Com efeito, apesar dos esforços encetados, as circunstâncias excecionais de organização e de funcionamento do Agrupamento ao longo do último triénio dificultaram a ação das lideranças intermédias. Pelo exposto, não foram totalmente superados os pontos fracos que identificavam, nas anteriores avaliações externas, "A dificuldade na comunicação entre os vários Órgãos e as Estruturas de Coordenação e Supervisão, condicionante à tomada de decisões e à monitorização dos processos encetados" e "A fraca articulação das lideranças intermédias, na operacionalização de estratégias de melhoria".

O Agrupamento tem fomentado a abertura à comunidade, nomeadamente ao firmar protocolos com vários parceiros locais e regionais. Para além dos já mencionados ao longo deste relatório, destacam-se o Centro de Saúde de Grândola, a Guarda Nacional Republicana no âmbito do Programa Escola Segura, algumas associações culturais e recreativas e, ainda, empresas que cooperam na concretização de atividades, no desenvolvimento de projetos pedagógicos, na criação de condições de segurança e bem-estar favoráveis à aprendizagem e na realização da formação em contexto de trabalho, no caso das ofertas profissionalmente qualificantes e das itinerâncias para a certificação de adultos. Assim, foi aproveitada a oportunidade apontada numa das anteriores avaliações externas "O aprofundamento das parcerias, mobilizando a comunidade e os alunos e aproveitando as novas perspetivas de mercado".

A Câmara Municipal de Grândola é um parceiro fundamental, sendo regular a utilização de equipamentos municipais por crianças e alunos, em especial a piscina, a biblioteca, a ludoteca e o arquivo. Apoiar igualmente o Agrupamento na prestação de respostas educativas, ao nível do desporto (projetos *Pré-aprender* e *Aprender*), da inclusão social e da cultura, através da disponibilização de recursos humanos (técnicos especializados), financeiros e materiais.

As duas associações de pais e encarregados de educação têm uma presença pouco interventiva no Agrupamento, com uma participação reduzida em termos de atividades, o que pode decorrer de dificuldades na divulgação das mesmas, assim como do constrangimento assinalado numa das anteriores avaliações externas, "A participação dos pais e encarregados de educação na vida da Escola e no acompanhamento dos percursos escolares dos seus educandos", que permanece uma questão não resolvida.

GESTÃO

A gestão dos recursos humanos, no último triénio, baseou-se no conhecimento dos trabalhadores, de forma a alocá-los, de acordo com as suas competências, às tarefas que lhes foram cometidas. Na distribuição do serviço docente, é valorizado o perfil individual e profissional, privilegiando-se a continuidade pedagógica, com a manutenção, sempre que possível, das direções de turma e das equipas pedagógicas. Ainda com o intuito de ser garantido um acompanhamento mais próximo dos alunos e um contacto mais estreito com as respetivas famílias, foi dada especial atenção à seleção dos docentes responsáveis pela lecionação dos cursos vocacionais.

No que respeita aos trabalhadores não docentes, no começo do ano letivo, a gestão reúne com a chefe dos serviços de administração escolar e com o encarregado operacional, considerando também os critérios orientados para a eficácia, de forma a assegurar o funcionamento dos diferentes setores do Agrupamento. Os assistentes técnicos encontram-se adstritos aos respetivos processos. O funcionamento dos serviços administrativos nos casos de ausência ou de impedimento de algum técnico está salvaguardado.

Tendo em vista o desenvolvimento profissional, no biénio de 2015-2017, foi elaborado um plano de formação, remetido ao Centro de Formação de Associação de Escolas do Alentejo Litoral, onde foram elencadas as áreas prioritárias para o pessoal docente (melhoria da qualidade das aprendizagens e promoção e valorização da cidadania e do ambiente escolar) e não docente (higiene, prevenção, segurança e educação alimentar). No plano de ação estratégica para o biénio de 2016-2018, foram também identificadas ações, consideradas prioritárias, que se prendem com diversas áreas temáticas, tais como, disciplina positiva, liderança, supervisão, articulação e diferenciação pedagógica, didáticas e avaliação das aprendizagens.

A escola-sede apresenta-se bastante degradada ao nível das infraestruturas e dos espaços físicos, contrastando com as boas condições de outros edifícios do Agrupamento. Para além disso, o espaço destinado aos serviços administrativos é exíguo e não permite que os alunos, pais e encarregados de educação sejam atendidos com a privacidade desejada. Concretizou-se a oportunidade assinalada numa das anteriores avaliações externas "A construção dos centros escolares, na perspetiva de uma melhor gestão integrada de recursos e do desenvolvimento do currículo".

Constata-se a utilização das tecnologias de informação e comunicação, assim como a realização de contactos regulares entre os responsáveis, a fim de colmatar a distância entre as diferentes unidades que constituem o Agrupamento. Por outro lado, a página da internet e o correio eletrónico permitem a difusão da informação e o acesso a dados, conferindo-lhes alguma visibilidade.

AUTOAVALIAÇÃO E MELHORIA

O trabalho realizado pelas equipas de autoavaliação existentes nas duas unidades orgânicas extintas, Escola Secundária António Inácio da Cruz e Agrupamento de Escolas de Grândola, ao qual se fez referência nos anteriores relatórios de avaliação externa de 2009 e de 2010, respetivamente, não teve sequência, pelo que as práticas foram descontinuadas.

A atual equipa de autoavaliação, o *Departamento de Monitorização, Avaliação e Desenvolvimento Organizacional* (DMADO), constituiu-se no ano letivo de 2014-2015, um ano após a agregação daquelas unidades orgânicas que deram origem ao presente Agrupamento. Esta equipa é constituída apenas por docentes, sendo que dos sete elementos que a compõem dois têm também assento no conselho geral. Não foi, pois, aproveitada a oportunidade indicada numa das anteriores avaliações externas "O envolvimento de todos os agentes educativos na consolidação do processo de autoavaliação e na definição de planos de ação, conducentes à melhoria do serviço prestado e dos resultados dos alunos".

A produção de informação respeitou, de início, à análise dos resultados escolares e, depois, ao estudo da indisciplina. Efetivamente as práticas de autoavaliação têm possibilitado a recolha e tratamento de dados, vertidos nos respetivos relatórios, mas não têm produzido o impacto desejável, junto dos órgãos e das estruturas decisoras, nomeadamente no que respeita à implementação de ações de melhoria incidindo nas áreas consideradas deficitárias.

No presente ano letivo, a direção, em funções desde agosto último, propôs à equipa um conjunto de atividades que constam já do plano anual do Agrupamento e que passam, entre outras, por *Elaborar o plano de ação do DMADO a Monitorizar a execução do Projeto Educativo e do Plano Anual de Atividades*. A experiência e o conhecimento adquiridos e a disponibilidade da equipa, aliados ao incentivo da direção, evidenciam que este processo poderá ser aperfeiçoado e desenvolvido, em continuidade, de modo a promover a autorregulação e a melhoria dos processos e dos resultados escolares dos alunos.

Em suma, a ação do Agrupamento tem produzido um impacto aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas. Tais fundamentos justificam a atribuição da classificação de **SUFICIENTE** no domínio **Liderança e Gestão**.

4 – PONTOS FORTES E ÁREAS DE MELHORIA

A equipa de avaliação realça os seguintes pontos fortes no desempenho do Agrupamento:

- O trabalho realizado na educação pré-escolar, que tem em consideração a recolha contínua de informação relativa à avaliação das aprendizagens, com vista à adequação da ação pedagógica a cada criança;
- O reconhecimento e a valorização dos desempenhos e ações louváveis dos alunos, através dos prémios de mérito, que abrangem todos os ciclos de escolaridade e integram vários domínios;
- As respostas prestadas às crianças e aos alunos com necessidades educativas especiais, com o envolvimento dos docentes de educação especial, dos professores titulares/diretores de turma, dos pais e encarregados de educação e da psicóloga;
- A realização de visitas de estudo, que tem permitido diversificar os contextos de educação e de ensino, com reflexos positivos na motivação para as aprendizagens escolares;
- A abertura à comunidade, patente na celebração de protocolos com vários parceiros locais e regionais, que cooperam na concretização de atividades, no desenvolvimento de projetos pedagógicos, na criação de condições favoráveis à aprendizagem e na realização da formação em contexto de trabalho.

A equipa de avaliação entende que as áreas onde o Agrupamento deve incidir prioritariamente os seus esforços para a melhoria são as seguintes:

- Incentivo à participação e intervenção dos alunos na vida da escola, através de ações que, em continuidade, promovam a sua auscultação e a assunção de responsabilidades pelos mesmos;
- Elaboração do plano de estudos e de desenvolvimento do currículo, com vista à consolidação de uma estratégia de articulação curricular, abrangendo todos os níveis de educação e ensino, fundada na reflexão sobre as práticas pedagógicas, a fim de possibilitar a melhoria dos resultados através de respostas concertadas;
- Reforço das práticas de diferenciação pedagógica em sala de aula, com recurso à diversificação das estratégias de ensino, à aprendizagem cooperativa, às metodologias ativas e de projeto, orientadas para a resolução de problemas e para a descoberta, com vista a aumentar a autonomia e o sucesso dos alunos;
- Implementação da observação da prática letiva, entre pares, para promover o desenvolvimento profissional dos docentes, assente na partilha de experiências e na reflexão sobre a ação, no sentido de melhorar a prestação do serviço educativo;
- Desenvolvimento das práticas de autoavaliação, de modo a fundamentar, junto dos órgãos e das estruturas decisoras, a implementação de ações de melhoria, incidindo nas áreas consideradas prioritárias, com impacto na qualidade do ensino e da aprendizagem.

20-07-2017

A Equipa de Avaliação Externa: Carmen Palma, José Saragoça e Rosa Micaelo

Concordo.
À consideração do Senhor Inspetor-Geral da Educação e Ciência, para homologação.
A Chefe de Equipa Multidisciplinar da Área Territorial de Inspeção do Sul
Maria Filomena Aldeias
2017-08-17

Homologo.
O Inspetor-Geral da Educação e Ciência

Por delegação de competências do Senhor Ministro da Educação nos termos do Despacho n.º 5477/2016, publicado no D.R. n.º 79, Série II, de 22 de abril de 2016